

# Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada Passado, Presente e Futuro

*Mady Wechsler Segal\**

*Professora de Sociologia*

*Investigadora Associada de Estudos sobre as Mulheres no Center for International and Security  
Studies da Universidade de Maryland, College Park, USA*

---

\* Presentemente, a autora desenvolve pesquisas sobre problemas familiares de soldados em missões de *peacekeeping* e sobre papéis militares das mulheres no Reino Unido.

Mady Wechsler Segal, *Gender and Society*, vol. 9, n.º 6, Dec. 1995, pp. 757-775.

© 1995 by Sociologists for Women in Society.

Tradução reeditada com autorização de Sage Publications Inc.

As forças armadas têm sido tradicionalmente consideradas como uma instituição masculina. Poderá ser mesmo considerada a mais masculina de todas as instituições sociais. Para que as mulheres participem na vida militar, as forças armadas têm de ser encaradas (pelos decisores políticos e pela população) como uma instituição transformada para se tornar mais compatível com o modo de ser das mulheres (ou com o modo como são vistas), ou então as mulheres têm de ser encaradas como susceptíveis de mudança que potencialmente as torne mais aptas para o serviço militar. Alternativamente, a complexidade da situação exige uma resposta drástica e pouco comum.

Estas percepções são socialmente construídas. O discurso sobre estas questões, em particular a ênfase dada a determinados debates sobre as funções militares das mulheres, não assenta numa realidade objectiva, mas sim em valores culturais. Quando as circunstâncias se alteram, os efeitos dos dados históricos sobre as funções militares das mulheres são minimizados pela influência das *definições e redefinições culturais* das suas funções.

Nas duas últimas décadas ocorreram muitas mudanças. Durante este período verificou-se uma proliferação da "atenção" relativamente à presente e passada participação militar das mulheres e uma onda de trabalho académico sobre mulheres militares em diversas disciplinas, incluindo trabalhos sobre outras nações e épocas históricas diferentes. Chegou o momento de ser construída uma teoria sistemática.

Este artigo apresenta uma teoria das variáveis que influenciam o grau e natureza da participação das mulheres nas forças armadas ao longo da história e em diferentes países. O seu objectivo é construir, sobre uma base empírica, uma teoria sistemática sobre as condições em que as funções militares das mulheres aumentam e as condições sob as quais a sua participação nas forças armadas diminui. Estudos subsequentes poderão então testar e alargar as propostas apresentadas neste artigo.

Um vasto número de factores estão envolvidos na determinação da natureza e extensão da participação militar das mulheres. Para efeitos de organização e simplificação, a teoria divide as variáveis explicativas em três categorias: Militar, Estrutura Social e Cultura (Ver Figura 1).

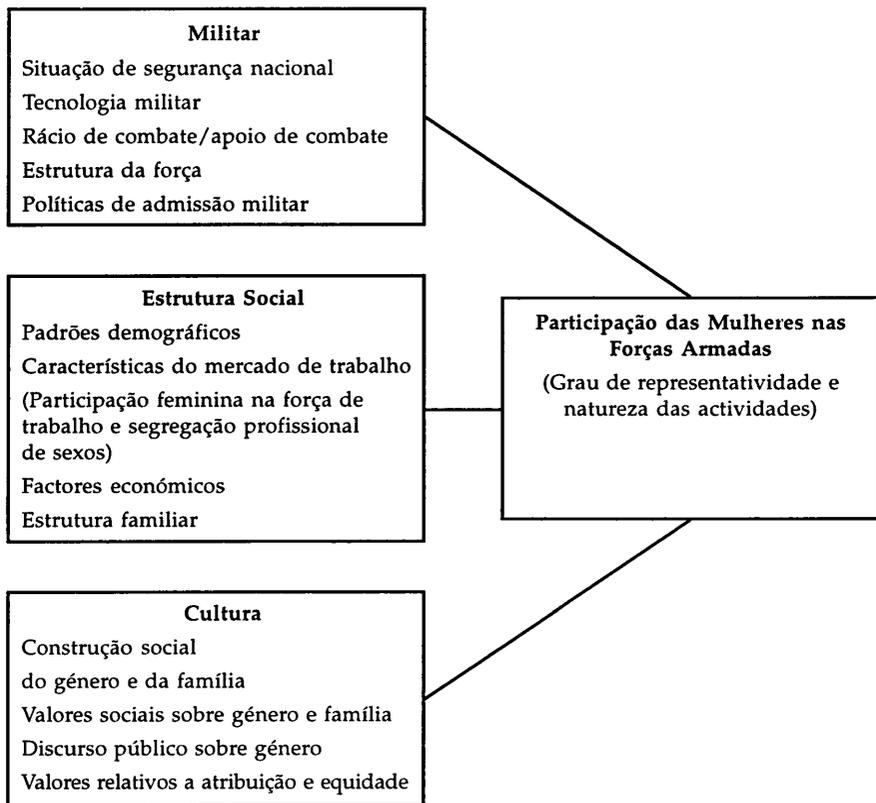


Figura 1 – Teoria dos factores que influenciam a participação militar das mulheres

A dimensão Militar inclui as características relativas à situação de segurança da nação e os aspectos da organização e da actividade militares que têm influência sobre as funções das mulheres. A categoria Estrutura Social inclui aspectos relativos aos papéis civis das mulheres e variáveis socio-estruturais mais genéricas de carácter civil que afectam as funções das mulheres. As dimensões da Cultura dizem respeito à construção social de funções associadas ao género e à família; as razões para incluir a família serão posteriormente discutidas. (Nem todas as relações causais entre as variáveis são demonstradas na Fig. 1. Por exemplo, os três conjuntos de variáveis independentes estão geralmente interrelacionados: aspectos da

estrutura social influenciam as forças armadas, tal como padrões demográficos afectam as políticas de admissão militar. Existem igualmente fortes relações recíprocas entre estrutura social e cultura). Este artigo procura avaliar a relação entre cada variável e a participação militar das mulheres. Sempre que algumas variáveis tiverem valores que indiquem elevados níveis de participação de mulheres militares e outras variáveis tiverem valores que apontem para níveis mais baixos, procurei avaliar quais terão consequências maiores. Historicamente verificou-se uma bifurcação comum entre as necessidades de indivíduos (independentemente do género) por parte das forças armadas e os valores culturais que limitam os papéis das mulheres. Sempre que estes dois conjuntos de variáveis entram em conflito, acontecem coisas interessantes que são, muitas vezes, difíceis de prever e compreender. É possível que a especificação dos valores de *todas* as variáveis simultaneamente relevantes, ajudem à nossa compreensão, assim como às nossas previsões futuras. De um modo geral, tudo indica que as necessidades de pessoal militar parecem ser o factor mais importante no envolvimento das mulheres na vida militar, do mesmo modo que os valores culturais que promovem a igualdade de género contribuem para a permanência das mulheres quando o país não está sob ameaça.

## AS VARIÁVEIS MILITARES

### *Situação da Segurança Nacional*

A segurança da sociedade tem uma importância decisiva na determinação das funções militares das mulheres. Trata-se de uma relação complexa. Sempre que há um défice de homens qualificados, especialmente em épocas de emergência nacional, a maior parte dos países aumenta (e continuará a aumentar) as funções militares das mulheres. Em determinadas condições, as mulheres têm participado em combate; contudo, com maior frequência são as funções militares não-combatentes que aumentam. Muitos países recrutam obrigatoriamente homens e poucos são aqueles que exigem que as mulheres prestem serviço nas forças armadas. Além disso, quando se procede ao recrutamento de mulheres, as respectivas condições de obrigatoriedade, diferem frequentemente das dos homens. No passado, as mulheres foram compulsivamente recrutadas

durante os períodos de guerra, e é provável que o venham novamente a ser no futuro. Existem exemplos de recrutamento obrigatório durante a Segunda Guerra Mundial (incluindo o verdadeiro recrutamento obrigatório e as leis que o permitiam) em França, Grécia, Noruega, Alemanha e Reino Unido (Goldman 1982; Stanley e Segal 1988; Treadwell 1954). Se a guerra na Europa não tivesse terminado, as enfermeiras civis teriam sido recrutadas nos Estados Unidos (Holm 1992; Treadwell 1954).

Durante a Segunda Guerra Mundial as situações de recrutamento obrigatório e de serviço militar na Alemanha e no Reino Unido, são exemplos interessantes da construção social das funções militares das mulheres. A Alemanha efectuou o recrutamento obrigatório de mulheres para cargos rotulados como civis. Apesar de muitas mulheres usarem uniforme, estarem sob a autoridade militar e desempenharem funções consideradas militares noutros países, elas eram designadas como civis (Tuten 1982). No Reino Unido, as mulheres apresentaram-se de forma voluntária ao alistamento e foram incorporadas indistintamente no serviço civil e militar (Goldman e Stites 1982; Treadwell 1954). Mesmo as mulheres fardadas eram definidas como não-combatentes. A distinção entre combatente e não-combatente tinha a ver com o uso efectivo das armas. As mulheres desempenhavam todo o tipo de tarefas relacionadas com o disparo de armas antiaéreas, excepto o próprio disparo da arma: manipulavam munições e até carregavam armas mas, para continuarem a ser consideradas não-combatentes, não lhes era permitido disparar as armas que tinham carregado. (Tinham de chamar um homem para o fazer!) (Campbell 1993).

Os diferentes países têm aumentado significativamente a participação das mulheres na vida militar durante os períodos de guerra (tanto em termos de efectivos como de funções), quer as tenham recrutado obrigatoriamente ou não. Nos Estados Unidos, um grande número de mulheres prestou serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial e, na realidade, fizeram-no em todas as especialidades, excepto em combate directo. As mulheres eram empregues na confecção de pára-quedas, como mecânicas de aviões e instrutoras de artilharia. Não obstante concentrarem-se num número limitado de funções, a necessidade imposta pelo tempo de guerra abriu-lhes as portas a outros trabalhos (por exemplo, Binkin e Bach 1977; Holm 1992; Treadwell 1954). Durante a guerra, a necessidade de pessoal é um factor que contribui para a expansão das funções militares das mulheres, mas também o são os seus próprios

desejos de contribuir e as pressões no sentido de legitimar o esforço de guerra através de representação social.

Um padrão comum é o envolvimento activo das mulheres em movimentos revolucionários. As mulheres têm participado em operações de grupos de resistência armada e de guerrilha, inclusive na qualidade de combatentes, em países como, por exemplo, Argélia, China, Nicarágua, Rodésia, Rússia, Vietname, Jugoslávia e na Guerra Revolucionária dos Estados Unidos. Porém, após as guerrilhas terem derrubado o governo e terem formado um novo governo com forças armadas organizadas de forma mais convencional, as mulheres voltaram a desempenhar papéis sociais mais tradicionais e abandonaram a vida militar, voluntariamente ou não. (Cherpak 1993; De Pauw 1981; Enloe 1980; Goldman 1982; Isaksson 1988; Randall 1981, 1994; Segal, Li e Segal 1992; Seitz, Lobao e Treadway 1993; Stanley e Segal 1992).

Do mesmo modo, no fim da Segunda Guerra Mundial assistiu-se ao regresso das restrições às funções militares das mulheres. Nos Estados Unidos, leis aprovadas em 1948 impuseram restrições às mulheres militares que, durante mais de 40 anos, limitaram as suas oportunidades. Em alturas em que as mulheres deixam de ser necessárias, a sua actividade militar fica reduzida. As mulheres constituem uma mão-de-obra activa de reserva, tanto a nível civil como militar (Campbell 1984; Enloe 1980; Gluck 1987).

Os papéis militares desempenhados pelas mulheres são socialmente construídos: políticas públicas, normas e comportamento das mulheres são moldados, pelo menos em parte, pelo discurso público. O que tem acontecido no passado em muitos países é que, sempre que as forças armadas precisam de mulheres, evoca-se a sua história militar anterior para demonstrar que estas conseguem desempenhar tarefas com eficácia em diversos cargos. Existe, no entanto, um processo de amnésia cultural relativo ao contributo das mulheres em situações de emergência. No rescaldo da guerra, as actividades militares das mulheres são recordadas como pouco importantes (ou mesmo inexistentes), permitindo à cultura manter o mito de "homens em armas e mulheres em casa" (Cooke 1993, 178). Sempre que surge uma nova emergência, redescobre-se a História. Em que medida é que o nível de ameaça militar afecta a participação militar das mulheres? O efeito parece ser curvilíneo (e interagir com os efeitos dos valores sociais sobre o género). *No auge de uma ameaça à sociedade, as funções militares das mulheres parecem aumentar. Se a própria*

existência da sociedade estiver ameaçada, muitas mulheres são envolvidas em operações militares, até como combatentes. Alguns dos casos históricos de mulheres que se disfarçam de homens para serem soldados, parecem também ocorrer em circunstâncias de alto risco ou, pelo menos, de imersão de uma sociedade em guerra (por exemplo, De Pauw 1981). Existem alturas em que o envolvimento das mulheres na vida militar pode parecer um prolongamento do seu papel de mães que protegem os seus filhos. Exemplo disto pode ser o caso de mulheres recrutadas entre as classes pobres, para actividades de grupos de resistência armada, especialmente durante os tempos de grande opressão (Chinchilla 1990; Li 1993, 1995; Randall 1981). Tal pode mesmo acontecer quando os valores culturais defendem papéis tradicionais e restritos para as mulheres. (Neste caso, a construção social pode ser semelhante às definições de actividades de movimentos sociais de mulheres em determinados países relativamente a papéis familiares tradicionais, por exemplo Chinchilla 1990; Safa 1990).

*Em sociedades com baixo nível de ameaça à segurança nacional, mas com valores culturais que promovem a igualdade dos sexos, a participação das mulheres na vida militar também aumenta.* Exemplos contemporâneos incluem o Canadá e a Suécia. Estes países permitem que as mulheres se inscrevam voluntariamente para funções de combate (Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1992; Törnquist 1982). É possível que a baixa probabilidade destes países enfrentarem uma guerra no seu próprio território lhes permita eliminar quaisquer distinções de sexo em relação ao serviço militar.

Os efeitos da situação de segurança parecem envolver o grau em que a participação na vida militar colocaria as mulheres numa situação de maior risco do que como civis. Sob determinadas condições, quanto maior for a diferença, menor será a probabilidade de a sociedade as colocar em posições militares que aumentem o perigo (como, por exemplo, o de serem feitas prisioneiras). Com isto não se pretende dizer que as mulheres estão protegidas, uma vez que prestam efectivamente serviço em cargos e locais militares de risco. A vida das mulheres é posta em perigo se a sociedade for ameaçada, mas parece haver resistência em arriscar um elevado número de baixas, a menos que se esteja perante uma grave ameaça. As chefias podem destacar mulheres para unidades de combate como símbolos de unidade nacional, desde que não esteja em causa uma guerra efectiva. Em caso de guerra, são poucas as mulheres que poderão

ser realmente enviadas para combate, sob pena de uma reacção pública negativa (Enloe 1980).

Gostaria de adiantar como hipótese que o grau da participação das mulheres em funções de combate será minimizado quando a ameaça for média. Uma ameaça média pode ser definida como uma situação em que a sociedade não é ameaçada com uma extinção eminente ou invasão por forças militares superiores, mas em que há uma probabilidade moderada ou elevada de acção militar dentro do seu território num futuro próximo. Esta descrição aplica-se bem ao caso de Israel.

A natureza das missões militares determina igualmente o grau de participação das mulheres. *Quanto maior for a importância relativa de combate efectivo (especialmente combate no terreno), menor será a participação das mulheres.* É provável que a participação das mulheres seja maior quando as forças militares estão envolvidas em operações de manutenção da paz ou em actividades de assistência em situações de desastre, assim como em operações que se assemelham a funções de policiamento interno (tais como, interdição de drogas e controlo de distúrbios civis). Pode também esperar-se que as mulheres se envolvam cada vez mais na aviação militar – inclusive no combate aéreo, conforme ficou demonstrado pela criação, em vários países, de lugares de piloto-combatente destinados a mulheres (como, por exemplo, no Canadá, Países Baixos, Reino Unido e, mais recentemente, nos Estados Unidos). (Dandeker e Segal 1994; Dorn 1994; Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1988).

### *Tecnologia Militar*

*Mudanças tecnológicas de vária ordem deram lugar a uma maior participação das mulheres nas forças armadas durante o século passado.* Alguns progressos deram directamente origem a alterações nas características individuais necessárias para se ser combatente, enquanto outros conduziram indirectamente a mudanças nas funções militares das mulheres, alterando quer a forma como as operações militares são organizadas quer as funções sociais das mulheres, ou ambos.

Alguns progressos tecnológicos levaram à substituição da força física do soldado pelas suas capacidades intelectuais. Uma vez que, em média, os homens têm maior força na parte superior do corpo do que as mulheres, é mais provável que tarefas que requerem níveis elevados

deste tipo de força sejam desempenhadas por homens. As armas de destruição (e de protecção) já não exigem essa força. Entre as mudanças que conduziram a uma capacidade acrescida para as mulheres participarem nas forças armadas, incluindo em combate, conta-se a miniaturização das armas, o desenvolvimento do poder aéreo e a tecnologia nuclear. (Binkin 1986).

A industrialização deu origem a uma revolução na condução da guerra, assim como a uma alteração fundamental da sociedade civil em vários aspectos, incluindo os que têm importância para as funções militares das mulheres. A industrialização trouxe consigo mudanças nos papéis sociais das mulheres. O movimento do trabalho fora de casa teve efeitos importantes e de longa duração. As mulheres contribuíram desde sempre para a produção económica, mas a sociedade pré-industrial concentrou essa produção num trabalho sediado em casa. A industrialização inicial deu origem a uma procura de trabalho em fábricas e abriu caminho para que mulheres jovens deixassem as suas casas à procura de emprego, mas o movimento do trabalho fora de casa também tornou mais difícil o emprego para mães de crianças pequenas.

A tecnologia permitiu igualmente às mulheres o controlo da reprodução, o que abrange tanto contraceptivos como uma baixa mortalidade infantil. As mulheres passaram a poder ter menos filhos e, por sua vez, estes passaram a sobreviver mais na idade adulta. As mulheres podem gastar menos do seu tempo em tarefas de assistência às crianças. Estas evoluções contribuíram para que as mulheres possam desempenhar funções militares.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a mobilização dos homens para todos os ramos das forças armadas exigiu que as mulheres os substituíssem nas fábricas (por exemplo, Campbell 1984; Gluck 1987). Na sociedade pós-industrial, o número de empregos em fábricas diminuiu drasticamente e a guerra passou a ser travada sem necessidade de substituir os trabalhadores industriais. Tal permite que as mulheres participem em trabalhos militares efectivos, em vez de substituírem os homens na actividade económica.

Com o andar do tempo, a tarefa militar tem-se tornado cada vez mais especializada, cabendo a cada indivíduo o desempenho de um âmbito relativamente restrito de tarefas, com ênfase especial na competência técnica e não na força física e na bravura. (Binkin 1986; Wool 1968). Muitas funções passaram também a ser semelhantes às civis (Moskos 1988). Estas

duas tendências aumentaram a possibilidade das mulheres fazerem parte da vida militar.

Não é provável que o impacto dos desenvolvimentos tecnológicos actuais e futuros na participação das mulheres nas forças armadas apresente uma relação linear. Muitas funções militares exigem que os indivíduos tenham determinadas capacidades e competências técnicas. Na medida em os homens e as mulheres diferem (em média) nestes aspectos, haverá uma diferenciação entre sexos na incumbência de tarefas. Por exemplo, se actualmente as raparigas ficam atrás dos rapazes na sua capacidade de lidar com equipamentos electrónicos e computadores (assim como no seu interesse para o fazer), as tarefas militares que exigem essas características continuarão, por conseguinte, a ser preenchidas mais por homens do que por mulheres num futuro próximo. Mesmo nos Estados Unidos, com tendências relativamente igualitárias, existem diferenças na proporção de jovens de um e de outro sexo que podem alcançar as qualificações cognitivas para determinados trabalhos militares (com diferenças dependentes das competências exigidas) (Eitelberg 1988; Eitelberg et al. 1984). A maior alteração que a industrialização trouxe às forças armadas teve porventura a ver com os efeitos tecnológicos. Examinemos então a variável rácio de combate/apoio de combate.

#### *Rácio de combate/apoio de combate*

O envolvimento das mulheres em operações militares é influenciado de forma negativa pela proporção de funções de combate. Isto deve-se ao facto do combate ser encarado (e tem-no sido basicamente) como uma actividade masculina. Mesmo nas circunstâncias em que as mulheres são excluídas de lugares de combate directamente ofensivos, as suas funções militares aumentarão na medida em que aumentarem o número e a proporção de pessoal com funções principais de apoio.

A proporção do pessoal militar em funções de apoio aumentou drasticamente ao longo do tempo. Goldich (1989) mostra que a maior alteração ocorreu nos Estados Unidos, entre a Guerra Civil em 1860 e as guerras subsequentes. Enquanto 93% do pessoal do Exército, durante a Guerra Civil, serviu com as suas capacidades individuais de combate, este número diminuiu para 34% na Primeira Guerra Mundial e para 22% durante a Guerra do Vietname. Entre 1974 e 1988, a percentagem de

pessoal do Exército dos Estados Unidos nas categorias de combate aumentou de 53% para 62% nas forças do activo, mas diminuiu de 88% para 84% nas forças de reserva. (A proporção de pessoal de apoio aumenta em tempo de guerra). Especificar os factores que a longo prazo determinam o aumento de pessoal de apoio, ajuda-nos a prever alterações no futuro (e em diferentes países).

Os desenvolvimentos tecnológicos na condução da guerra são responsáveis pelo reforço da tendência no sentido de uma proporção mais elevada de pessoal de apoio. O empenhamento de forças em território estrangeiro constitui um factor adicional. Na medida em que as forças armadas são empenhadas em acções no seu próprio território e contam com o apoio da população civil, elas poderão utilizar infra-estruturas civis para funções de apoio. Ao contrário, no caso de envolvimento militares fora do país de origem, as forças militares têm de se organizar com pessoal de apoio. A probabilidade dessa organização aumenta a necessidade de manter essas pessoas fardadas e sujeitas a autoridade militar. As operações de manutenção da paz (incluindo as multinacionais), que estão a aumentar em número, exigem essa organização de pessoal de apoio. Goldich (1989) argumenta igualmente que os Estados Unidos terão sempre de dispor de pessoal de apoio para manter o elevado padrão de vida do pessoal militar, que é visto como legítimo pelo povo americano, ou seja, a população nunca aceitaria que as suas tropas vivessem com maiores dificuldades do que as necessárias.

Os impactos do rácio de combate/apoio de combate sobre as funções militares das mulheres são influenciados pelos cargos militares abertos às mulheres e cargos que estas efectivamente ocupam. Nas condições em que as mulheres se limitam a desempenhar funções de apoio (como tem acontecido em muitos países), vamos continuar a assistir a percentagens mais elevadas de pessoal de apoio que dão origem a um maior número de mulheres fardadas. Nos países em que as mulheres desempenham funções de combate, esta variável será menos importante mas, num futuro próximo, terá influência sobre a representação das mulheres dado que é mais provável que elas continuem em lugares de apoio do que em lugares de combate. Nos últimos 10 anos, foram abertos alguns lugares de combate destinados às mulheres em vários países tais como a Bélgica, Canadá, Dinamarca, Holanda, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos. (Dandeker e Segal 1994; Dorn 1994; Pinch 1991; Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1988; Stanley e Segal 1992).

### *Estrutura de forças*

São vários os aspectos da estrutura da força militar que afectam a participação das mulheres. Alguns relacionam-se com o rácio de combate/ /apoio de combate. *Na medida em que as funções de apoio se concentram nas forças de reserva, em comparação com as forças no activo, as mulheres terão maior representação nas forças de reserva.* Quanto maior for a confiança nas forças de reserva para apoio ao esforço de guerra, tanto maior será a participação das mulheres nesse esforço. Hoje em dia, nos Estados Unidos, essa confiança é grande e resultou do facto das mulheres constituírem percentagens mais elevadas nas forças de reserva enviadas para o Golfo Pérsico do que nas forças no activo (Eitelberg 1991). No Canadá, onde até os lugares de combate no solo estão abertos às mulheres, estas constituem uma maior percentagem de pessoal de combate na reserva do que no activo (Pinch 1991).

A confiança nas forças de reserva pode, em determinadas culturas, fazer reduzir a participação das mulheres. O pessoal da reserva tem tendencialmente mais idade e, por conseguinte, é mais provável que tenha família. *Nas culturas em que as mães não são consideradas como mobilizáveis e as reservas constituem uma grande percentagem das forças militares, as mulheres estarão menos representadas em operações militares.* Esta situação é evidente em Israel, por exemplo, onde homens e mulheres são recrutados obrigatoriamente, mas apenas os primeiros têm obrigações na reserva durante um extenso período e, muitas vezes, prestam serviço activo praticamente toda a sua vida adulta. Não obstante as mulheres serem compulsivamente recrutadas, as suas obrigações no serviço activo e na reserva são mais curtas do que as dos homens e terminam quando têm filhos (Bloom 1982, Gal 1986).

### *Políticas de admissão militar*

No início da *All Volunteer Force* (AVF) nos Estados Unidos em 1973, havia falta de homens qualificados. Em 1972, o Congresso aprovou a Equal Rights Amendment e havia uma expectativa confiante de que esta seria ratificada pelos estados. O efeito conjunto destas duas ocorrências seria o de abrir a oportunidade às mulheres para funções especializadas, das quais tinham sido anteriormente excluídas, ao mesmo tempo que aumen-

taria o número de mulheres recrutadas para as forças armadas. Isto sugere que a participação das mulheres no serviço militar tem tendência a aumentar em sistemas de admissão voluntária (assim como em situações em que as alterações sociais vão no sentido de uma maior igualdade entre géneros).

De um modo geral, as nações modernas que dispõem de sistemas de recrutamento voluntário de pessoal militar (nomeadamente o Canadá, o Reino Unido e os Estados Unidos) têm vindo a aumentar o papel militar das mulheres mais rapidamente do que as que mantêm recrutamento obrigatório. Os padrões demográficos também desempenham aqui um papel decisivo, quando combinados com uma adesão voluntária (como a seguir se abordará neste artigo). Israel recruta obrigatoriamente tanto homens como mulheres, mas impõe fortes restrições a cargos militares ocupados por mulheres. Contrariamente à crença generalizada, as mulheres em Israel não têm autorização para participar em combate (Bloom 1982; Gal 1986).

Os países que contemplam a transição do recrutamento obrigatório para um sistema de voluntariado, podem incluir planos para aumentar a participação militar das mulheres. A desregulamentação do recrutamento obrigatório é por vezes acompanhada de um maior número de funções destinadas às mulheres. Ambos estes processos ocorreram em França nos anos 70 e 80, antes do final da Guerra Fria ter reduzido a necessidade de pessoal militar (Boulège 1991; Martin 1982). Por vezes, a política de admissão é modificada sem que os decisores políticos prevejam a confiança acrescida nas mulheres que a alteração requer, tal como aconteceu nos Estados Unidos com a Comissão Gates que concebeu a AVF (Comissão do Presidente para a *All Volunteer Force* de 1970).

Independentemente do método de admissão de pessoal, o factor determinante para explicar o número de mulheres admitidas nas forças armadas depende de o número de homens corresponder ou não ao necessário para cumprimento das missões militares. Se a necessidade de efectivos for superior à mão de obra masculina disponível, maior será o número de mulheres. O tipo de funções militares que as mulheres desempenham é também determinado por esta variável, embora estas funções sejam mais influenciadas por outras variáveis, tais como valores culturais.

## ESTRUTURA SOCIAL

### *Padrões demográficos*

Os padrões demográficos moldam as funções das mulheres de diversas formas. As mulheres têm servido como reserva de mão de obra, tanto a nível civil como militar, especialmente nas sociedades industriais do século vinte (Campbell 1984; Gluck 1987; Kessler-Harris 1982). *Sempre que a disponibilidade de homens não preencha as necessidades de mão de obra militar, as mulheres são chamadas ao serviço.* Quando a redução de nascimentos afecta a idade do recrutamento militar, a não ser que haja um decréscimo concomitante de necessidade de pessoal militar, as oportunidades para as mulheres nas forças armadas parecem aumentar. Este impacto tem sido evidente na maior parte dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte nos últimos 20 anos, incluindo os Estados Unidos na década de 70 (Segal e Segal 1983) e o Reino Unido nos anos 80 e no início dos anos 90 (Dandecker e Segal 1994).

Nos primeiros anos da AVF nos Estados Unidos, o Exército teve de enfrentar défices nos alistamentos. Nos finais dos anos 60 e durante os anos 70, o decréscimo de natalidade levou os decisores políticos a prever problemas adicionais de recrutamento. Em vez de continuar a baixar os padrões para recrutas masculinos ao mesmo tempo que se rejeitavam mulheres altamente qualificadas, o Exército aumentou o número de mulheres recrutadas.

### *Características da população activa*

Várias características da população activa determinam as funções militares das mulheres. *Quanto maior for a percentagem de mulheres na população activa, maior será a sua representação nas forças armadas.* Na medida em que a percentagem de mulheres empregadas tem aumentado em muitos países, a sua representação nas forças armadas tem igualmente aumentado. Isto acontece, em parte, porque os mesmos factores afectam ambas as actividades (tal como um défice de trabalho masculino) e, por outro lado, porque o maior envolvimento das mulheres nos locais de trabalho implica mudanças estruturais e culturais na sociedade que fazem com que o serviço militar seja mais compatível com os papéis das mulheres,

tornando assim a sua exclusão menos justificável. Estas mudanças têm sido evidentes nos países escandinavos e nos Estados Unidos nos últimos 20 anos (por exemplo Stanley e Segal 1988; Nações Unidas 1991). A participação da mão-de-obra feminina em França tem também estado a aumentar, assim como os movimentos para alargar a sua representação nas forças armadas (Boulègne 1991; Hantrais 1990; Martin 1982). A percentagem de mulheres na população activa no Reino Unido tem sido relativamente baixa e os seus cargos militares têm sido limitados; actualmente ambos estão a aumentar (Dandecker e Segal 1994).

*O grau de segregação sexual na estrutura de profissões civis também afecta a participação militar das mulheres, embora essa relação não seja linear. Sempre que a segregação de sexos é muito elevada, as forças armadas têm de se apoiar nas mulheres para desempenhar funções militares que são predominantemente ocupadas por mulheres em empregos civis. Esta é a razão por que os Estados Unidos recrutaram operadoras de telefone civis durante a Primeira Guerra Mundial (Holm 1992; Schneider e Schneider 1991). A enfermagem é outro trabalho rotulado como tipicamente feminino, o que tem levado os militares em muitos países a permitir que as mulheres prestem este serviço; com efeito, a enfermagem tem frequentemente sido o primeiro trabalho militar que se abre às mulheres em número elevado. De um modo geral, a segregação sexual no mercado de trabalho civil está negativamente relacionada com a participação militar das mulheres. Uma estrutura profissional mais integradora ao nível do género é reveladora de maior igualdade de sexos na cultura, o que conduz por sua vez a uma maior aceitação das mulheres em funções militares. Além disso, se as ocupações civis das mulheres forem semelhantes às dos homens, então é mais admissível que as mulheres tenham a competência adequada para o desempenho de tarefas militares.*

#### *Factores económicos*

O estado da economia civil tem influência sobre o emprego civil e militar das mulheres. Em períodos de expansão económica, as mulheres são chamadas para o trabalho; em economias de recessão, as mulheres têm tendência a abandonar a força de trabalho. *Taxas elevadas de desemprego (especialmente entre jovens do sexo masculino) estão associadas a um contingente de homens para servir de imediato as forças armadas e a oportunidades*

*relativamente baixas para as mulheres nas forças armadas.* Períodos de baixo desemprego masculino, especialmente no caso de sistemas militares voluntários, leva por vezes a um aumento das funções militares para as mulheres (e mulheres mais motivadas para aderir ao serviço militar, especialmente se estiverem em desvantagem relativa na economia civil). Nos Estados Unidos, o principal aumento na representação das mulheres nas forças armadas deu-se nos finais dos anos 70, quando diminuiu o desemprego. Na altura em que aumentou o desemprego, nos inícios dos anos 80, a expansão parou (Segal e Segal 1983).

### *Estrutura familiar*

Os papéis familiares precisam de ser considerados por duas razões. Em primeiro lugar, verifica-se uma forte tendência na maior parte das culturas para que o papel das mulheres esteja intrinsecamente ligado aos valores e normas da família. Em segundo lugar, a natureza da actividade militar é socialmente apercebida em muitas culturas como estando negativamente relacionada com as funções familiares (M. Segal 1986, 1989). Existem diversas variáveis estruturais da família que influenciam as funções militares das mulheres. De um modo geral, *quanto maiores forem as responsabilidades da família para a mulher comum, menor será a representação da mulher nas forças armadas.* A participação das mulheres nas forças armadas está sobretudo associada a um primeiro casamento tardio, a uma idade tardia do nascimento do primeiro filho e a menos filhos. A idade média do início das responsabilidades familiares é ainda mais importante para as funções militares das mulheres do que para o emprego civil, devido à ênfase sempre dada à juventude para integração na vida militar. Nos países em que se tem verificado um atraso na constituição de família, tem-se igualmente verificado um aumento na representação das mulheres nas forças armadas; exemplos disto são o Canadá e os Estados Unidos nos anos 70 e 80 (Stanley e Segal 1988). Na medida em que as forças armadas são cada vez mais compostas por pessoal de carreira com maior idade, outras variáveis familiares, tal como o número de filhos, tornam-se mais importantes na retenção de pessoal militar feminino (Segal e Harris 1993). (Políticas, tais como a autorização de licença de maternidade aos pais têm também influência na retenção de pessoal com filhos).

## CULTURA

### *Construção social do género e valores sociais sobre o género*

O significado de género é socialmente construído. O grau em que certos papéis são encarados como sendo adequados a cada género, é socialmente determinado (Lorber 1993). Uma divisão do trabalho baseada no sexo pode ter sido funcional para a sociedade em tempos idos, mas hoje em dia não é manifestamente esse o caso (por exemplo, Marwell 1975). Na medida em que características individuais, em relação às quais existem grandes diferenças médias por género, são importantes para a organização de actividades, uma divisão do trabalho baseada em sexos pode ser funcional. A tecnologia reduziu a importância de dois tipos de características de base física, nomeadamente a força física e a reprodução.

O que é importante para este artigo é a forma como a cultura lida com as diferenças de género. Uma cultura pode exagerar ou minimizar a importância das diferenças de sexo (em características físicas ou psicológicas) e, assim, justificar ou rejeitar uma divisão das funções sociais com base no sexo. Não nos preocupamos com o que é "correcto", de um ponto de vista objectivo ou porventura evidencial, mas procuramos sobretudo olhar para o discurso sobre género, para a importância atribuída às diferenças de género e para as implicações nas funções das mulheres (incluindo nas forças armadas) que resultam da interpretação cultural de género. As culturas podem acentuar a igualdade entre géneros ou as diferenças entre eles, o que dá origem a efeitos significativos nas funções militares das mulheres. *Quanto maior for a ênfase nas atribuições por género (e, desse modo, menor a ênfase nas diferenças individuais), mais limitadas são as funções militares das mulheres.*

Cada sociedade pode passar por mudanças culturais em termos de papéis sexuais e essas mudanças nem sempre são lineares, mas são cíclicas. A relação de causalidade da ligação entre cultura e estrutura nem sempre é clara. Por vezes, a mudança cultural provoca uma mudança estrutural. Noutras alturas, as mudanças estruturais (tais como, mulheres ocuparem tarefas predominantemente masculinas) são motivadas por outros factores (tal como a guerra) e, nessa altura, a cultura modifica-se para justificar as mudanças estruturais (Anderson 1981; Campbell 1984; Kessler-Harris 1982). No momento em que a estrutura volta a mudar, a cultura pode também mudar (tal como acontece depois de uma guerra).

A análise dos cargos militares das mulheres beneficia de uma análise do processo da construção social do género; a análise da construção social das funções militares das mulheres contribui também para o nosso conhecimento sobre a construção social do género em geral. Por exemplo, podemos analisar o discurso público sobre as funções militares das mulheres para evidenciar as construções subjacentes em termos de género e as justificações das posições políticas (Segal e Hansen 1992). (Uma análise semelhante pode aplicar-se ao discurso público sobre a relação do serviço militar com outras características, tal como a orientação étnica ou sexual).

Existem alguns exemplos interessantes sobre a construção social das funções militares das mulheres, incluindo várias funções em que as mulheres desempenham tarefas consideradas militares que noutras sociedades são designadas tarefas civis. Como já se descreveu, algumas mulheres alemãs durante a Segunda Guerra Mundial usavam uniforme e prestavam serviço sob a autoridade militar, mas não eram consideradas militares. Um outro exemplo da Segunda Guerra Mundial é o das WASP (*Women's Airforce Service Pilots*) americanas. Estas mulheres pilotavam aviões militares, 38 delas morreram em serviço, porém, eram tratadas como civis. O Congresso concedeu-lhes benefícios militares de veteranos em 1977 (Holm 1992), o que constitui um exemplo de reconstrução do status social.

As contradições culturais e a ambivalência ideológica envolvidas na participação militar das mulheres podem ser observadas tanto nas reacções daqueles que defendem a manutenção dos valores patriarcais como nas reacções das feministas radicais (Chapkin 1981; Elshtain e Tobias 1990; Enloe 1980). Os que se situam em ambos os extremos do espectro ideológico sobre os papéis sexuais recusam-se a admitir que as mulheres prestem serviço nas forças armadas. Ter um elevado número de mulheres militares provoca uma resistência pública, porque desafia noções de masculinidade e feminilidade (Enloe 1993).

*Quanto mais igualitários forem os valores sociais sobre género, tanto maior é a representação das mulheres nas forças armadas.* Por outro lado, as culturas que defendem as divisões de trabalho tradicionais baseadas no género terão tendência para excluir as mulheres das forças armadas ou limitar consideravelmente as suas funções. Devido ao facto dos valores sociais nas sociedades passarem a ser mais igualitários, as funções militares das mulheres aumentam. A revolução da cidadania tem-se expandido a grupos sociais anteriormente privados de direitos. Durante este século,

muitos países concederam direitos civis às mulheres no sistema político e as culturas têm progressivamente apoiado a sua participação noutras instituições sociais (tal como na económica). Uma força impulsionadora no sentido de aumentar a representação das mulheres nas forças militares têm sido as leis que proíbem a discriminação sexual (que, por vezes, se aplica às forças armadas). Por exemplo, a Lei sobre Direitos Humanos do Canadá tem sido directamente responsável pela quebra de certas barreiras à participação plena das mulheres nas forças armadas (Park 1986; Segal e Segal 1989; Stanley e Segal 1988). A Comunidade Europeia está a passar por efeitos semelhantes de leis sobre discriminação sexual (Dandeker e Segal 1994).

Ainda não está completamente claro até onde irão os valores sociais para uma completa igualdade entre sexos. Dada a natureza tradicionalmente masculina da instituição militar, este é um dos últimos bastiões do domínio masculino e existem forças que se opõem à integração dos sexos. Segmentos importantes da sociedade permanecem mais tradicionais. Um argumento a favor das funções tradicionais dos sexos pode ser baseado no fundamentalismo ou conservadorismo religioso, com conceitos que colocam homens e mulheres em esferas separadas da vida (e as mulheres confinadas à família) (Hawley 1994). *Quanto maior for a percentagem de fundamentalistas religiosos num país, menor será a representação das mulheres nas forças armadas.*

#### *Construção social da família e valores sociais sobre a família*

A construção social da família precisa igualmente de ser analisada, porque as funções sociais das mulheres são influenciadas por tudo aquilo que se relaciona com a família. A principal função social histórica das mulheres tem sido associada à reprodução e à educação dos filhos. A forma como determinada cultura continua a atribuir às mulheres este papel primário, afecta as funções militares das mulheres. É frequente as culturas encararem a função maternal como oposta ao papel de soldado; dar à luz é visto como o oposto de tirar vida em tempo de guerra. Além disso, o facto de crianças pequenas dependerem durante muito tempo dos seus educadores (tradicionalmente as mães) impossibilita esses guardiões de participar em actividades que os afasta dos seus deveres ou que exigem a sua atenção ininterrupta (tal como a caça ou a guerra).

À medida que mudam as concepções sobre a família e as estruturas familiares, têm também mudado as expectativas sobre a dedicação das mulheres à família; a inclusão das mulheres em funções sociais mais vastas aumenta também nestas circunstâncias. Os valores sociais sobre a família em muitas sociedades têm apoiado estruturas de família diferentes das tradicionais. Quanto maior for a aceitação cultural de diversas estruturas familiares, menos se espera que cada um se enquadre num dado padrão e menos o sexo determina as funções sociais.

*Quanto maior for o movimento que se afasta das formas familiares tradicionais, especialmente nas que se baseiam na família nuclear, maior será a representação das mulheres nas forças armadas.* Isto não representa a extinção dos valores da família, mas sim uma transformação nas estruturas que apoiam esses valores. Com efeito, pode incluir-se aqui a licença de paternidade patrocinada pelo governo e/ou o apoio à criança pela comunidade, que permite aos pais envolverem-se nas respectivas sociedades sem negligenciarem os filhos. Famílias grandes de vários tipos são também mais compatíveis com o facto das mulheres prestarem serviço nas forças armadas (e emprego civil separado da família), do que são as famílias nucleares isoladas. Na medida em que as sociedades apoiam diversas formas de família, será mais provável que as mulheres participem na vida militar.

### *Outras questões culturais*

Outras questões culturais e variáveis individuais são importantes em determinados contextos nacionais, tal como a religião em Israel e a língua no Canadá. A etnia tem desempenhado um papel muito importante na determinação da política social das forças armadas em certos países, muito especialmente na África do Sul (Cock 1994) e nos Estados Unidos (D. Segal 1989), e tudo indica que está a ser alvo de atenção no Reino Unido. Em certas alturas verificam-se fortes ligações entre a raça ou etnia e o género (Enloe 1980). Por exemplo, as mulheres adquiriram representação nas Forças de Defesa Sul Africanas brancas devido a objectivos políticos por parte da elite branca (Cock 1994). Nos Estados Unidos, são frequentemente feitas comparações entre a integração racial das forças armadas e a integração dos géneros. Contudo, há épocas históricas em que as mulheres brancas e os afro-americanos

constituíam fontes alternativas de trabalho militar, tal como aconteceu na altura em que as enfermeiras civis estiveram quase a ser recrutadas devido a um défice de enfermeiras militares, enquanto as enfermeiras de cor eram sujeitas a quotas e proibidas de tratar militares brancos (Hine 1989).

## CONCLUSÕES E ALTERAÇÃO DA TEORIA NO FUTURO

A análise apresentada neste artigo é uma tentativa de construir uma teoria sistemática relativa às funções que as mulheres desempenham nas forças armadas. Enquanto esta análise se fundamenta nalguns casos empíricos, não há dúvida que outros casos exigirão uma alteração da teoria e posterior elaboração das condições sob as quais determinadas relações são válidas.

Uma questão importante diz respeito ao peso relativo das variáveis aqui tratadas. O que aconteceria se os diferentes factores não fossem congruentes, como por exemplo, numa situação em que a segurança nacional preveria um aumento das funções militares para as mulheres, mas em que os valores culturais não dariam o seu apoio, ou vice-versa? Quais os factores causais que parecem ter maior influência nos resultados? As diversas combinações de valores têm de ser testadas em muitos casos, tanto de um ponto de vista histórico como contemporâneo.

Como exemplo, gostaria de pôr em hipótese (com base em exemplos históricos) que, *sempre que os valores culturais são a favor da limitação de funções militares para as mulheres, mas em que a situação de segurança nacional apresenta uma necessidade de mão de obra militar, a ameaça à segurança sobrepõe-se aos valores culturais*. Com efeito, temos assistido a mudanças dos valores culturais (pelo menos temporariamente) no sentido de apoiar funções alargadas para mulheres (tanto nas forças armadas como nas instituições civis).

O futuro próximo reserva perspectivas interessantes para testar algumas das relações postuladas neste artigo. O fim da Guerra Fria reduziu a procura de pessoal militar. Uma possível consequência é um abrandamento (e até mesmo uma inversão) das tendências para o aumento das funções militares para as mulheres. A verosimilhança de isto acontecer depende, pelo menos até certo ponto, dos valores culturais relativos ao género em cada nação. O que realmente vier a acontecer pode viabilizar testes

parciais da teoria apresentada e pode servir para aperfeiçoar as relações analisadas.

Se a necessidade de pessoal militar diminuir num país cujos valores sociais estão orientados a favor da igualdade de géneros, o que acontecer em relação às funções militares das mulheres diz-nos muito sobre a importância relativa destas duas variáveis. Se aumentarem as funções das mulheres nas forças armadas, isto demonstra a importância dos valores culturais. Pelo contrário, se as funções militares das mulheres não se modificarem ou diminuírem, isto prova que as necessidades de pessoal militar accionam a representação das mulheres nas forças armadas.

Seria consistente com a história militar das mulheres que a representação das mulheres nas forças armadas dos Estados Unidos (e outros) fosse reduzida durante o processo de diminuição das necessidades de pessoal. Isto parecia estar a acontecer nas fases iniciais da redução, com maiores percentagens de mulheres do que de homens a abandonarem o serviço (Rogers 1992). Os funcionários do Departamento de Defesa e os próprios serviços fizeram declarações públicas referindo que era política oficial manter a representação actual de mulheres nas forças armadas. Números recentes revelam que a percentagem de mulheres tem estado, na realidade, a aumentar lentamente (Maisels e Gormley 1994). Contudo, a resistência à mudança tem sido evidente ao longo dos últimos 20 anos e pode voltar a surgir durante a fase de redução drástica.

Se não tivéssemos tido a experiência da guerra no Golfo Pérsico, com a atenção pública virada para o desempenho com êxito das mulheres, haveria ainda maior pressão para reduzir as funções militares das mulheres. De facto, a Guerra do Golfo aumentou a pressão política no sentido de remover barreiras às mulheres em combate. Tal deu origem de forma directa e inequívoca ao cancelamento da lei de 1948, que proibía a participação de mulheres em combates aéreos e contribuiu para a sua presença em navios de guerra (ver Dorn 1994 em relação à declaração oficial da política em finais de 1994), mas o clima para estas mudanças é o de uma sociedade que presenciou tendências culturais e estruturais decisivas no sentido da igualdade de sexos.

Um outro cenário fornece um teste da importância relativa das variáveis determinantes sob um conjunto diferente de condições. Admita-se que a necessidade de pessoal militar aumenta num país com valores e papéis dos sexos relativamente tradicionais. O aumento das funções das mulheres nas forças armadas indicaria que as necessidades de

pessoal militar são mais importantes do que os valores; poderíamos também examinar a mudança subsequente nos valores culturais relativos ao gênero, para efeitos de alterações comportamentais. Se, por outro lado, as funções das mulheres não aumentarem, isto iria demonstrar a importância dos valores sociais na determinação das funções militares das mulheres.

No cenário anterior, o nível de ameaça militar teria também de ser tomado em linha de consideração. A teoria prevê que um déficit de homens disponíveis para o serviço militar em circunstâncias de ameaça grave à segurança, seria mais provável que conduzisse a um aumento das funções militares para as mulheres do que a um déficit semelhante em condições de ameaça média. (Em situações de ameaça baixa, os valores culturais teriam de apoiar a igualdade de sexos).

As condições futuras em cada país (e mesmo em sub-culturas dentro de limites geográficos) podem ser classificadas de acordo com as variáveis aqui consideradas e a teoria ser alterada para integração dos resultados.

A construção social das funções militares das mulheres deve ser analisada nos seguintes níveis: global, social, institucional, organizacional, interpessoal e individual. Neste artigo, concentrei-me no nível social e realcei a política e conseqüente representação das mulheres. Precisamos também de analisar e desenvolver a teoria nos outros níveis. Precisamos de teorias sistemáticas que englobem, por exemplo, a maneira como as mulheres militares constroem identidades (incluindo a forma como lidam com inconsistências perante expectativas de funções) e em que condições a presença das mulheres altera a cultura masculina da organização militar.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Karen, *Wartime Women: Sex roles, family relations and the status of women during World War II*, Westport, CT, Greenwood, 1981

BINKIN, Martins, *Military Technology and defense manpower*, Washington, DC, Brookings Institution, 1986

BINKIN, Martins, BACH, Shirley J., *Women and the military*, Washington, DC, Brookings Institution, 1977

BLOOM, Anne R., "Israel: The longest war", In: *Female soldiers – combatants or noncombatants? Historical and contemporary perspectives*, edited by Nancy Loring Goldman. Westport, CT, Greenwood, 1982

BOULÈGE, Jean, "Feminization" and the French military: An anthropological approach, In: *Armed Forces and Society*, 1991, 1:343-62

CAMPBELL, D'Ann, *Women at war with America: Private lives in a patriarchal era*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1984

The Journal of Military History, "Women in combat: the World War II experience in the United States, Great Britain, Germany and the Soviet Union", In: *The Journal of Military history*, 1993, 57:301-23

CHAPKINS, Wendy, *Loaded questions: Women in the military*, Amsterdam, Transnational Institute, 1981

CHERPAK, Evelyn M., The participation of women in the wars for independence in northern South America: 1810-1824, *Minerva*, 1993, 6:11-36

CHICHILLA, Norma Stolz, "Revolutionary popular feminism in Nicaragua: Articulating class, gender and national sovereignty", In: *Gender & Society*, 1990, 4:370-97

COCK, Jacklyn, "Women and the military. Implications for demilitarization in the 1990s in South Africa", In: *Gender & Society*, 1994, 8:152-69

COOKE, Miriam, "War man, retelling the war myth", In: *Gendering War Talk*, edited by Miriam Cooke and Angela Woolacott, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1993

DANDEKER, Christopher, SEGAL, Mary Wechsler, The social construction of gender integration in armed forces; Recent policy developments in the United Kingdom. Paper presented at the World Congress of Sociology, 22 July, Bielefeld, Germany, 1994

DE PAUW, Lind Grant, "Women in combat: the Revolutionary War experience", In: *Armed Forces and Society*, 1981, 7:209-26

DORN, Edwin, Testimony for House Armed Services Committee. Subcommittee on Military Forces and Personnel. Report prepared by Undersecretary of Defense for Personnel and Readiness. Hearing on women in the military. 103<sup>rd</sup> Cong., 2<sup>nd</sup> Session. October 6, 1994

EITELBERG, Mark, J., *Manpower for military occupations*, Alexandria, VA, Human Resources Research Organization for the office of the Assistant Secretary of Defense (Force Management and Personnel), 1988

A preliminary assessment of population representation in Operation Desert Shield and Desert Storm. Paper presented at the Biennial Conference of the Inter-University Seminar on Armed Forces and Society. October. Baltimore, Maryland, 1991

EITELBERG, Mark J., LAWRENCE, Janice H., WATERS, Brian K., with PERLMANN, Linda S., *Screening for service: Aptitude and education criteria for military entry*, Alexandria, VA, Human Resources Research Organization for the office of the Assistant Secretary of Defense (Manpower, Installations and Logistics), 1984

ELSHTAIN, Jean Bethke, TOBIAS, Sheila, *Women, militarism and war: Essays in history, politics and social theory*, Savage, MD, Rowman & Littlefield, 1990

ENLOE, Cynthia, "Women: The reserve army of Army labor", In: *The Review of Radical Political Economics*, 1980, 12:42-52

*The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War*. Berkeley, CA, University of California Press, 1993

GAL, Reuvea, *A portrait of the Israeli soldier*, Westport, CT, Greenwood, 1986

GLUCK, Shersa Berger, *Rosie the riveter revisited. Women, the war and social change*, Boston, Twayne, 1987

GOLDICH, Robert, L., *U.S. Army combat-to-support ratios: A framework for analysis*, Washington, DC, Congressional Research Service, 1989

GOLDMAN, Nancy Loring, *Female soldiers – combatants or noncombatants?: Historical and contemporary perspectives*, Westport, CT, Greenwood., 1982

GOLDMAN, Nancy Loring, STITES, Richard, "Great Britain and the World Wars", In: *Female soldiers – combatants or noncombatants?: Historical and contemporary perspectives*, edited by Nancy Loring Goldman, Westport, CT, Greenwood, 1982

HANTNIS, Linda, *Managing professional and family life: A contemporary study of British and French women*. Brookfield, Vermont, Dartmouth, 1990

- HAWLEY, John Sraton, *Fundamentalism and gender*. New York, Oxford University Press, 1994
- HINE, Darlene Clark, *Black women in white: Racial conflict and cooperation in the nursing profession. 1890-1950*, Bloomington, IN, Indiana University Press, 1989
- HOLM, Jeanne, *Women in the military: an unfinished revolution*, rev. ed. Novato, CA, presidio, 1992
- HUGHES, Helen MacGill, *Women and the military system*, New York, St. Martin's, 1973
- KESSLER-HARRIS, Alice, *Out to work: A history of wage-earning women in the U.S.* New York, Oxford University Press, 1982
- LI, Xiaolin, "Chinese women in the people's Liberation Army. Professionals or quasi-professionals?", In: *Armed Forces and Society*, 1993, 20:69-83
- GENDER & SOCIETY, "Believing is seeing: Biology and ideology", In: *Gender & Society*, 1995, 7:568-81
- MAISELS, Armanda, GORMLEY, Patricia M., *Women in the military: Where they stand*. Washington DC, Women's Research and Education Institute, 1994
- MARTIN, Michel, "From periphery to center: Women in the French military", In: *Armed Forces and Society*, 1982, 8:303-33
- MARWELL, Gerald, "Why ascription? Parts of a more or less formal theory of the functions and dysfunctions of sex roles", In: *American Sociological Review*, 1975, 40:445-55
- MOSKOS, Charles, C., "Institutional and occupational trends in armed forces", In: *The military: More than just a job?* Edited by Charles C. Moskos and Frank R. Wood, Washington, DC, Pergamon-Brassey's, 1988
- PARK, Rosemary, *Overview of the social/behavioral science evaluation of the 1979-1985 Canadian Forces trial employment of service women in nontraditional environments and roles*, Research Report 86-2, Willowdale, Ontario, Canadian Forces Applied Research Unit, 1986
- PINCH, Franklin C., *Canada's post-Cold War military*. Paper presented at the Inter-University Seminar (US) Olin Foundation Conference on Armed Forces in a Warless Society, 10-11 October, 1991, Baltimore.

President's Commission on All-Volunteer Force, *The Report of the President's Commission on All-Volunteer Force*, Washington, DC, U.S. Government Printing Office, 1970

RANDALL, Margaret, *Sandino's daughters: Testimonies of Nicaraguan women in struggle*, Vancouver, New Star Books, 1981

*Sandino's daughters revisited. Feminism in Nicaragua*. New Brunswick, NJ, Rutgers University Press, 1994

ROGERS, Deborah L., The force drawdowns and its impact on women in the military, *Minerva*, 1992, 10:1-13

SAFA, Helen Icken, "Women's social movements in Latin America", In: *Gender & Society*, 1990, 3:354-69

SCHNEIDER, Dorothy, SCHNEIDER, Carl, *Into the breach: American women overseas in World War I*, New York, Viking, 1991

SEGAL, David R., *Recruiting for Uncle Sam: Citizenship and military manpower policy*, Lawrence, University Press of Kansas, 1989

SEGAL, David R., SEGAL, Mady Wechsler, "Female combatants in Canada: an update", In: *Defense Analysis*, 1989, 5:372-3

SEGAL, Mady Wechsler, "The military and the family as greedy institutions", In: *Armed Forces and Society*, 1986, 13:9-38

"The nature of work and family linkages: A theoretical perspective", In: *The organization family: work and family linkages in the U.S. military*, edited by Gary L. Bowen and Dennis K. Orthner. New York, Praeger, 1989

SEGAL, Mady Wechsler, HANSEN, Amanda Faith, "Value rationales in policy debates on women in the military. A contest of congressional testimony. 1941-1985", In: *Social Science Quarterly*, 1992, 73:296-309

SEGAL, Mady Wechsler, HARRIS, Jesse J., *What we know about Army families*. Alexandria, VA, U.S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences, 1993

SEGAL, Mady Wechsler, LI, Xinolin, SEGAL, David R., The role of women in the Chinese people's Liberation Army, *Minerva*, 1992, 10:48-55

SEGAL, Mady Wechsler, SEGAL, David R., "Social change and the participation of women in the American military", In: *Research in Social*

*Movements, Conflicts and Change*. Vol. 5, edited by Louis Kriegsberg. Greenwich, CT, JAL, 1983

SEITZ, Barbara, LOBAO, Linda, TREADWAY, Ellen, "No going back: Women's participation in the Nicaraguan revolution and in postrevolutionary movements", In: *Women and the use of military force*, edited by Ruth H. Howes and Michael R. Stevenson, Boulder, CO, Lynne Rienner, 1993

STANLEY, Sandra Carson, SEGAL, Mady Wechsler, "Military Women in NATO: An update", In: *Armed Forces and Society*, 1988, 14:559-85

"Women in the armed forces", In: *International military and defense encyclopedia*, Washington, DC, Pergamon-Brassey's, 1992

THORNE, Barrie, DANIELS, Arlene Kaplan, Remembering Helen MacGill Hughes (1903-1992), *SWS Network News*, 1992, 9-5

TÖRNQUIST, Kurt, "Sweden: The neutral nation", In: *Female soldiers – combatants or noncombatants? Historical and contemporary perspectives*, edited by Nancy Loring Goldman, Westport, CT, Greenwood, 1982

TREADWELL, Mattie, *The Women's Army Corps*. Washington, DC, Office of the Chief of Military History, 1954

United Nations, *The World's Women: Trends and statistics.1970-1990*, New York, Author, 1991

WOOL, Harold, *The military specialist: Skilled manpower for the armed forces*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 1968